



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1255

O que restou das “novas esquerdas latino-americanas”?

Guilherme Tadeu de Paula (UEM)¹
Vanessa Alves Bertolleti (UNESPAR)²

Resumo

Na última década do século XX e primeira do XXI, povos de diferentes países latino-americanos encontraram a saída para a crise decorrente do projeto de expansão neoliberal pelo qual o continente passou na década anterior, na imagem de lideranças que emprestaram símbolos, retórica e “agendas” de esquerda. Neste contexto, a vitória eleitoral de nomes como Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, os Kirchner na Argentina, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, Daniel Ortega na Nicarágua, Tabaré Vázquez no Uruguai e Fernando Lugo no Paraguai, foram comumente tratadas como expressão do avanço das “novas esquerdas latino-americanas”. Quase duas décadas depois do início deste processo, esta pesquisa visa refletir a partir de duas indagações condutoras: a) quais as possibilidades e as limitações analíticas de se considerar esse grupo tão distinto de personalidades, contextos e disputas sob o mesmo “guarda-chuva” analítico a ponto de nomeá-los um conjunto de “governos de esquerda”? b) qual a capacidade que estes governos tiveram para, depois de anos no poder, saciar as necessidades que os conduziram às vitórias nas urnas: o que significa perguntar se estes de fato, tiveram algum êxito em interromper a escalada neoliberal e propiciar uma vida melhor aos povos oprimidos da América Latina.

Palavras-chave: “novas esquerdas latino-americanas”; Lulismo; Chavismo; Kirchner; América Latina.

Introdução e Justificativas

Se é verdade que a história do capitalismo só pode ser pensada em uma dimensão total, compreendendo de que maneira ele se articula globalmente para

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor Assistente da Universidade Estadual de Maringá – Campus Goioerê.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora Assistente da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/APUCARANA.

saciar suas destrutivas demandas, é também possível pontuar que em cada contexto em que ele se impõe, ele experimenta uma trajetória particular e específica. No mesmo sentido, se é possível pensar a América Latina como um espaço específico – e não uma construção ideológica – é também inevitável notar que desde o advento do modo de produção capitalista, esta região do planeta que compreende países subdesenvolvidos do continente americano, ocupou, no sistema de produção e reprodução da vida material na sociedade de produção de mercadorias, uma posição de inferioridade no que tange à capacidade de propiciar aos seus habitantes as melhores condições de existência. Por ora, não exploraremos mais pormenorizadamente tal afirmação, mas pontuamos que afirmar isso não significa dizer que nos países da América Latina não existe classe dominante que impõe, aos seus conterrâneos, uma acentuada exploração, nem tampouco ignorar as constantes agruras que experimentam os membros das classes trabalhadores de países do centro do capital.

Nos resta afirmar, por enquanto, que essa correlação mundial de forças estruturais que brota das relações de poder e da violenta ocupação no período das “grandes navegações” e se intensifica com a aceleração da Revolução Industrial e seus inúmeros desdobramentos políticos, permitiu que dirigentes capitalistas, associados com a capacidade operacional e governamental dos países do eixo do grande capital, tivessem como saciar seus desejos de ampliação e exploração total das riquezas do planeta – entre elas, a mão de obra dos trabalhadores de todas as partes. A trajetória do neoliberalismo na América Latina, que não cabe aqui detalhar, foi parte deste processo de ampliação da exploração capitalista mundial, tendo surgido como uma das várias estratégias para manutenção do lucro permanentemente ameaçado pela própria lógica intrínseca autodestrutiva do capital e suas constantes crises, tendo produzido desde a década de 1970 quando implementado como “experiência” no Chile, incontáveis danos sociais aos povos latino-americanos.

Cada implementação em cada situação nacional em que o neoliberalismo experimentou na América Latina teve uma trajetória própria que não teremos tempo aqui de explorar. Em cada contexto, se adaptou à trajetória política específica e as potencialidades exploratórias que cada país trazia à disposição. A reação às

investidas neoliberais foram, exatamente por isso, também diversas. Neste trabalho, exploraremos um processo conhecido como “a ascensão das novas-esquerdas latino-americanas”, uma espécie de, ao menos na elaboração que se pensou sobre o contexto, desdobramento político de resistência à ofensiva neoliberal.

A chegada de Hugo Chávez Frias à presidência da Venezuela em 1998 abriu caminho para uma série de vitórias eleitorais de políticos latino-americanos que traziam em suas biografias uma herança na tradição de resistência popular, ou, ao menos, uma retórica anti-imperialista. Compuseram esse quadro chamado de “ascensão das novas esquerdas latino-americanas” a vitória de Lula no Brasil em 2002, de Néstor Kirchner na Argentina em 2003, de Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, de Evo Morales na Bolívia em 2005, de Daniel Ortega na Nicarágua em 2006 e a de Rafael Correa no Equador em 2007. Há ainda quem considere, contextualizando a posição política do dirigente em questão com a conservadora tradição do país em que foi vitorioso, os casos de Michele Bachelet no Chile em 2006 e Fernando Lugo no Paraguai em 2008 como parte do mesmo processo.

Objetivos

Em 2015, o cenário não permite mais ilusões. Em transformações objetivas, nenhum dos projetos acima citados teve a capacidade de romper com a exploração capitalista ou encaminhar o seu país para o projeto de “socialismo do século XXI”, frase evocada como slogan no contexto – e que nunca superou esta condição. Quase duas décadas após a primeira eleição de Chávez na Venezuela, discorreremos, no tópico a seguir dedicado aos resultados a pesquisa, um argumento perpassando dois eixos analíticos centrais que foram nossos objetivos traçados de pesquisa: a) na medida em que examinamos a força teórica da elaboração de um argumento que pense todos esses governos como parte de um contexto só, as tais “novas esquerdas latino-americanas”, argumentaremos que há elementos que nos permitem sim, pensá-los coletivamente como parte de uma mesma lógica, mas que, ainda assim, as sensíveis diferenças que cada trajetória experimentou torna a travessia analítica árdua e imprecisa se não superarmos esse “guarda-chuva” unitário e lidarmos com as especificidades não só de cada projeto

analisado como também cada contexto político em que a disputa se deu; b) para além dessa exploração conceitual, precisaremos desdobrar a análise para entender a experiência prática de tais governos, explorando compreender as suas lógicas específicas e mostrando em que sentido estes foram capazes de cumprir as demandas que os levaram ao poder, ou seja, superar a escalada neoliberal e levar aos povos de seus países uma melhor condição de vida e, em que direção, este fracassou em realizar seu projeto.

Resultados

O tempo histórico desempenha um peso fundamental na análise dos processos sociais. Como essa pesquisa tem como objeto um processo ainda em andamento, é importante ressaltar, antes de qualquer empreender qualquer definição mais basilar, que o processo político tem nuances que podem se mostrar absolutamente óbvias e esperadas como também, pode se desdobrar em rumos dos mais surpreendentes e imprevisíveis. Sem ignorar este aspecto, partimos do pressuposto de análise da história como ela aconteceu, e não como ela pode ou poderia ter sido. Neste sentido, a frieza objetiva que o materialismo histórico nos propicia permite análises pautadas na compreensão da relação de poder estabelecida nas sociedades estudadas.

Pela característica deste escrito, não há fôlego para uma análise mais pormenorizada de cada caso – que demandaria um texto mais encorpado, com exposição detalhada dos pontos que aqui aparecerão muito rapidamente. Nossa exposição, mesmo de argumentos centrais, será de caráter sintético, tentando focar no que há de mais importante para responder os objetivos principais acima elencados.

a) A força analítica da noção de “novas esquerdas latino-americanas”

À primeira vista, parece oportuno acentuar que, de fato, o processo histórico que se desencadeou na virada do século XX para o XXI na América Latina se tratou de algo particularmente novo na história do “continente”. Historicamente, a América Latina foi marcada pela influência dos setores mais conservadores da sociedade e, em nenhum momento, houve um predomínio de governantes naquela região que tivessem origens populares.

Essa noção de “predomínio” deve ser melhor localizada. Em sua tese de doutorado apresentada à UNB, Camilo Negri argumenta que a eleição de Chávez em 1998 não foi, à época, considerada como um início de um movimento histórico, mas, antes, um fato isolado. E mesmo quando Lula chega ao poder em 2002, poucos tiveram a capacidade de ver, ali, o início de um movimento – segundo Negri, apenas parte da imprensa conservadora e de movimentos sociais mais arrojados tiveram a sensibilidade analítica - “os primeiros, expressando preocupações quanto à estabilidade sociopolítica e econômica brasileira (...); os segundos, vislumbrando um horizonte para a esquerda” (NEGRI, 2009, p.52).

Um dos analistas de esquerda que tiveram a capacidade de encontrar um fato novo rondando a política da América Latina foi o marxista argentino Atílio Borón. O intelectual, intimamente ligado aos movimentos sociais do continente, teve a capacidade de encontrar os elementos aglutinados no caráter simbólico da vitória de Lula, que estabeleceu um novo parâmetro para o continente latino-americano. Borón escreveu, em 2003, que a vitória do Partido dos Trabalhadores no Brasil devia ser concebida como um marco fundamental da esquerda da região, um fato histórico comparável apenas à Revolução Cubana de 1959, a vitória de Salvador Allende no Chile em 1970, a vitória insurrecional dos sandinistas na Nicarágua e a irrupção zapatista no México em 1970 (BORÓN, 2003). Segundo ele, tal processo marcaria o início do ciclo histórico pós-neoliberal na América Latina - desde que o governo não fosse atraído pela “fatal atração do “possibilismo”, percepção política utilizada por reformistas socialistas europeus que sintetiza com precisão a ideia tantas vezes apropriada pelos petistas governistas ao longo das últimas décadas, a de que a “política é a arte do possível”.

O texto de Atílio Borón é importante porque antecipa tanto o sucesso quanto o fracasso do processo conhecido como “novas esquerdas latino-americanas”. Trataremos do fracasso mais adiante. Por enquanto, encaminharemos o argumento no sentido de que a vitória de Lula antecipou um movimento de triunfos eleitorais de uma série de lideranças políticas com tradição e discurso – e muitas vezes resistência militante - contra o neoliberalismo, denunciando o esgotamento de um tipo de acumulação capitalista absolutamente feroz, que invadiu os diversos países da América Latina nas últimas décadas do século XX. São parte deste processo as

vitórias de Kirchner, Vázquez, Morales, Ortega, Correa, entre outros, como acima já mencionamos.

Em 2007, o sociólogo estadunidense James Petras já manifestava incômodo com a percepção que vigorava nos ambientes analíticos de considerar tantos governos absolutamente distintos como parte do mesmo processo. Escrevendo contra “o dualismo simplista com que a Casa Branca, e a maioria da esquerda, descreve o processo”, o intelectual desenvolve a teoria de que não havia uma nova esquerda homogênea latino-americana, mas um cenário que o novo processo histórico apresentava marcado pela emergência de quatro blocos distintos de tipo de governos e de relações de poder. “Cada um destes quatro blocos representa diferentes graus de acomodação e oposição às políticas e interesses dos Estados Unidos” (PETRAS, 2007).

Demonstrando um vasto conhecimento pelas relações de poder latino-americanas e dando especial atenção às nuances de cada determinado processo, Petras divide os blocos em esquerda radical, esquerda pragmática, neoliberalismo pragmático e o neoliberalismo doutrinário. A esquerda radical, ele argumenta, é “um bloco político heterodoxo, disperso, essencialmente anti-imperialista, que rechaça qualquer concessão à política social e econômica do neoliberalismo” (IDEM), composta por setores radicalizados de alguns sindicatos ou movimentos de diversas regiões, ou até grupos armados como as FARC-EP, na Colômbia. No segundo grupo, considerado por ele o de políticos do campo da esquerda pragmática, estariam, além de uma série de partidos de esquerda empenhados na luta parlamentar, três regimes então em vigor: o de Hugo Chávez na Venezuela, o de Evo Morales na Bolívia e o de Fidel Castro em Cuba. A noção pragmática se dá, no argumento de Petras, no fato de que estes mantiveram relações com os Estados Unidos, ou de maneira direta, como no caso dos bancos privados e o abastecimento petrolífero, ou indireta, como no estreitamento de laços cubanos com os representantes estadunidenses na América do Sul, o governo Uribe na Colômbia. No bloco dos neoliberais pragmáticos de Petras estava a maioria dos regimes então em vigor na América Latina: casos de Brasil, Argentina, Equador, Nicarágua, Paraguai, entre outros. Em que se pese o lado simbólico que cada trajetória pessoal significou, a análise objetiva dos governos em questão mostrou uma realidade que

não permite floreios: os projetos mencionados, embora distintos, não tiveram nenhuma capacidade de oferecer uma alternativa que superasse a desigualdade social produzida pelos avanços neoliberais. Ao contrário, como o sociólogo estadunidense argumenta: “Tanto Lula como Kirchner defenderam o pacote completo de privatizações legais, semilegais ou ilegais que começou na década de 1990 e ambos garantiram antecipadamente o pagamento de suas dívidas” (IDEM), além de uma variada e intrincada rede de correlações que em cada contexto específico viu governantes deste tipo de projeto se associarem com o capital local ou internacional, na medida de seus interesses de manutenção no poder, além do fisiologismo político sem nenhum projeto ideológico no horizonte. Por fim, o último tipo, talvez o mais facilmente identificável, é o neoliberal doutrinário, que ocupam uma posição de representante do ideário capitalista internacional, se submetendo às ordens de Washington, casos de Colômbia, Chile e México.

James Petras critica, inclusive, intelectuais de esquerda da América Latina, que, segundo ele, não enxergaram bem o processo histórico por ele mesmo, na realidade objetiva dos fatos:

os intelectuais de esquerda exageraram no radicalismo ou na realidade revolucionária de Cuba e Venezuela. Eles fazem vistas grossas para as realidades contraditórias e suas acomodações pragmáticas com regimes neoliberais. A esquerda, com pouca perspicácia histórica, continua a caracterizar neoliberais pragmáticos como Lula, Kirchner e Vazquez como ‘progressistas’, os reunindo no mesmo patamar que projetos de esquerda pragmáticos, como Chávez, Castro e Morales (IDEM).

Desta maneira, podemos concluir, primeiro, que a ascensão do conjunto de governos aqui examinados, ainda que estes tragam distinções marcantes em todas suas especificidades, não foi obra do acaso, mas fez parte de um processo histórico de resistência e tentativa de superação, por meio eleitoral e de reforma política institucional, das consequências acarretadas pelos efeitos da implementação das políticas neoliberais nos países da América Latina. No entanto, como atenta Petras, elencar todo esse processo, tantas figuras de trajetórias tão distintas e de execuções práticas orientadas por diversos interesses, com um “guarda-chuva” analítico como a conceituação de “novas esquerdas latino-americanas”, ou parte de um processo

progressista que atravessa o continente, traz mais desinformação do que rigor na compreensão da realidade objetiva.

Oito anos depois dos estudos de James Petras, que com cuidado desestruturou a ideia de “governos progressistas”, noção analítica hegemônica no debate político do contexto, o cenário não se apresenta menos complexo. Ao contrário: a morte de Hugo Chávez, a substituição de Fidel Castro pelo irmão, de Néstor por Cristina, de Lula por Dilma, entre outros acontecimentos que marcaram a política do continente, bem como a reestruturação e a reorganização da direita em cada um de seus contextos, colocou a esquerda ainda mais distante de seus objetivos ideais, a transformação radical da sociedade.

b) O saldo e a herança dos governos “pós” neoliberais

Neste tópico da pesquisa, abordaremos os desdobramentos das políticas daqueles governos que emergiram no processo político da América Latina na virada do século na esteira da resistência contra as políticas neoliberais que assolaram o continente nas últimas décadas do século XX. Esse grupo de governo pode ser pensado com a alcunha de “pós” neoliberal somente neste sentido, uma vez que cronologicamente, se impuseram como parte de um processo de resistência a este. No entanto, na execução prática de suas políticas, é apressado – ou notadamente equivocado, considerar que estes empreenderam ações que superaram os pilares neoliberais que sustentaram a orientação econômica dos governos no continente.

Começemos pelo exemplo mais emblemático de todos, o caso brasileiro. Após chegar ao poder, o Partido dos Trabalhadores não empreendeu transformações sociais que visassem uma ofensiva à ordem capitalista. Ao contrário, na medida em que se serviu das instituições públicas, tornou o seu projeto de manutenção de poder o eixo fundamental de todas as suas estratégias políticas. No âmbito econômico, propôs alianças com os mais variados setores empresariais nacionais e internacionais com interesses no país – do agronegócio aos financistas, das empreiteiras às gigantes do varejo, tentando não simplesmente apaziguar pragmaticamente seus interesses e suas eventuais ofensivas, mas se alimentando mutuamente, como um governo liberal de tipo clássico, sendo operador dos negócios da grande burguesia. Para sustentar seu projeto político de manutenção no poder, deu as costas para a legitimidade popular conquistada ao longo de uma

trajetória de lutas da classe trabalhadora desde o período da redemocratização e sustentou suas medidas no fisiologismo – que se desenvolveu em constantes escândalos de corrupção.

Neste sentido, mesmo o seu maior mérito, que foi o de empreender políticas sociais que chegaram a frações da população brasileira que em geral são apartadas da vida política nacional, este processo se deu não por meio da transformação e inclusão política ou transformações substantivas, mas pelo meio do consumo. A esse processo que se desenvolveu em um realinhamento da base ideológica e, conseqüentemente, em um bem-sucedido aparato eleitoral que garantiu não só a reeleição de Lula, mas a eleição e reeleição da candidata apontada por ele, dá-se o nome de “lulismo”, conceito que tem sido amplamente explorado na Ciência Política brasileira dos últimos anos e que tem nos estudos de André Singer (2009) seu marco mais relevante.

Processo muito similar experimentou a Argentina, que teve nos governos Kirchner uma continuidade do neoliberalismo sob uma retórica renovada. Há de se ter certo cuidado para comparar processos e contextos tão distintos: diferente do Brasil, a Argentina dos Kirchner demonstrou maior dureza nas negociações com as instituições monetárias internacionais, mas isso deve ser pensado contextualizado com a trajetória recente da economia daquele país, que viveu em 2001 uma gravíssima crise política decorrente do colapso do setor bancário. Também em práticas de disputa ideológica, o “kirchnerismo” teve mais coragem de declarar guerra à mídia tradicional impondo a Lei dos Meios, utilizando seu arcabouço de poder para empreender uma série de transformações ideológicas que em um cenário brasileiro, pareceria do mais absoluto radicalismo. De qualquer maneira, é oportuno inserir cada disputa específica em seu contexto, sem transferências imediatas, para que a comparação não supervalorize ou subestime uma ou outra medida.

No que tange às transformações sociais mais substantivas ou ainda superar a alienação política, o Kirchnerismo foi limitado, quando não contraproducente. Segundo o sociólogo Ricardo Sidicaro, o extremo personalismo tradicional da política argentina, que tem no peronismo sua expressão mais clássica, deu bases para uma estratégia de manutenção no poder de via eleitoral do casal Kirchner.

Néstor e Cristina ocuparam este lugar no imaginário e dele estabeleceram as alianças necessárias para a manutenção de seu projeto político.

O personalismo, aliás, foi uma marca e um dilema fundamental que os governos latino-americanos não conseguiram superar. Tradição comum na política do continente ao longo do século XX, esse aspecto de focar todo um projeto numa figura forte e carismática também apareceu de forma marcante naqueles “novos” governos de esquerda considerados por Petras como de esquerda pragmática.

O caso de Hugo Chávez aparece como exemplo fundamental das limitações de um projeto que se desenvolve nestas bases. Líder forte e centralizador, o bolivariano estruturou seu governo em uma retórica radical e um conjunto de práticas que tentaram estruturar a sociedade venezuelana de cima para baixo, uma prática chamada por Atílio Borón de “hiperpresidencialismo”. Seu adoecimento em 2011 desestruturou esse arranjo que se baseava na presença e na firme condução do líder.

Em todo caso, o desconcerto que emanava da inatividade forçada de Chávez impactou fortemente na gestão da coisa pública, com o consequente agravamento de problemas já existentes tais como: a inflação, o estouro do dólar, a paralisante burocratização e a insegurança cidadã, para mencionar apenas alguns (BORÓN, 2011, [s. p]).

Personalismo similar pode ser pensado no caso boliviano, em maior ou menor grau, com Evo Morales na presidência há quase dez anos - embora haja aqui a ressalva que naquela situação, o líder cocaleiro tenha sido expressão de um movimento social mais amplo e orgânico, no caso de Rafael Correa no Equador ou até mesmo no caso mais recente uruguaio de José Mujica - que centrou suas ações políticas em temas de certo apelo internacional e se amparou no carisma de práticas quase franciscanas para ganhar simpatia a um projeto modesto no sentido de transformações mais objetivas.

Cada um destes casos mereceria um capítulo à parte, tamanha a multiplicidade de fatores e contextos locais envolvidos. Neste trabalho, passamos de maneira extremamente sintética por cada um deles, com o intuito de apenas atentar para alguns pontos que nos pareceram fundamentais e que podem aglutinar uma análise que nos ajude a compreender tão multifacetado processo sem a ilusão que

tenhamos esgotado ou abarcado todas as nuances deste complexo momento que a América Latina atravessa.

Considerações finais

Quase duas décadas depois do início do processo que permitiu uma série de eleições de governantes com origens nas lutas populares e de retórica anti-imperialista, o que ficou foi a frustração de uma grande oportunidade perdida. Foi o trabalho histórico de disputa ideológica de contra-hegemonia travado pelos movimentos sociais, partidos e intelectuais de esquerda que conseguiu construir a percepção de que o neoliberalismo, as práticas orientadas para o lucro e para a valorização da economia de mercado, a ideologia individualista capitalista, a noção privatista da vida, se tornara o grande obstáculo para uma vida mais digna dos povos latino-americanos, argumento que propiciou as diversas vitórias eleitorais aqui relatadas.

Boa parte destes governos utilizou desta construção imaginária para, em vez de dar conta dos anseios das necessidades dos povos que os elegeram para tal, desenvolver projetos particulares de poder, sem tocar nos pontos basais da exploração que criou condições lastimáveis de vida na região. Sem superar o neoliberalismo, os governos utilizaram a retórica da esquerda para empreender políticas conservadoras ou limitadas, desperdiçando uma oportunidade histórica e deslegitimando um projeto autêntico de transformação social. Como consequência disso, desmobilizou, de um lado, a capacidade popular de querer mais do que a “arte do possível” – os integrando ao consumo ou lhes satisfazendo a subsistência como um presente, e, de outro, não caminhou para superar as desiguais relações de poder que estruturaram a sociedade na região por tanto tempo – e, assim, não impediu a reorganização da direita conservadora que cresce e avança para retomar a hegemonia no imaginário político acusando justamente a incapacidade da esquerda de saciar as necessidades de quem nela acreditou.

Referências

BORON, A. A. **Maduro: uma vitória necessária.** Um: El Mundo. Abr. 2013.
Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/218144-63220-2013-04-16.html>
Acesso em: 12 de agosto de 2015

_____. **Brasil, 2003: ¿los inicios de un nuevo ciclo histórico?** In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Buenos Aires, n. 9. p. 37 – 42, 2003.
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal9/boron.pdf>
Acesso em: 17 de agosto de 2015.

NEGRI, C. **Restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo no Chile, Brasil e Uruguai.** Brasília, 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2009.

PETRAS, J. **Latin America – Four Competing Blocs of power.** 2007.
Disponível em: <http://petras.lahaine.org/articulo.php?p=1700&more=1&c=1>
Acesso em: 17 de agosto de 2015.

SIDICARO, R. El partido peronista y los gobiernos kirchneristas. In: **Revista Nueva Sociedad.** n. 234, p. 74 – 94, 2011.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: **Novos Estudos: CEBRAP.** São Paulo. n. 85, p. 83 – 102, 2009.